



Discurso do ministro Paulo Vannuchi, da
Secretaria Especial dos Direitos Humanos da
Presidência da República do Brasil,

no

Segmento de Alto Nível
10ª Sessão Regular do
Conselho de Direitos Humanos

Genebra, Suíça
2 de março de 2009

Senhor Presidente,
Senhora Alta Comissária para os Direitos Humanos
Excelências,
Senhoras e Senhores,

Gostaria de congratular a Senhora Alta Comissária, Navanethem Pillay, pelo competente início de trabalho à frente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em momento desafiador para os direitos humanos em todo o mundo.

Gostaria, em nome da Delegação do Brasil, de expressar o reconhecimento pela contribuição do Presidente do Conselho, Embaixador Martin Uhomoibhi da Nigéria, ao longo dos últimos meses.

Senhor Presidente,

Comemoramos em 2008 os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nossa fonte maior de inspiração para a luta travada contra todas as formas de injustiça e desigualdade. Embora conscientes dos enormes desafios para a efetivação dos seus 30 artigos em todo mundo, procuramos realçar as importantes conquistas alcançadas nas últimas décadas. Progressos realizados, por exemplo, pelo Conselho, no sentido de evitar a seletividade que conduziu a antiga Comissão a um impasse, nos autorizavam a celebrar o aniversário com ponderado otimismo.

Dois eventos de grande importância marcaram o contexto internacional, ao fim do período de comemorações. De um lado, o resultado da eleição presidencial norte-americana trouxe esperança de mudanças positivas. Hoje pela primeira vez um negro é presidente dos Estados Unidos. De outro, a indignação com a explosão de violência em Gaza, na virada do ano, reforça a convicção da necessidade de engajamento amplo da comunidade internacional com a finalidade de promover negociações que conduzam palestinos e israelenses definitivamente à paz.

Transcorrido o ano de comemorações, a instalação da crise econômica e financeira mundial não pode deter os esforços pela construção de um mundo mais justo e de respeito aos direitos humanos.

Senhor Presidente,

A aprovação das Metas Voluntárias em Direitos Humanos e o seu lançamento neste Conselho provam que o órgão é capaz de atuar de forma construtiva, em bases de consenso, congregando esforços e visões de todos os grupos regionais, países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Com as Metas, a comunidade de nações se compromete a perseguir ao longo dos próximos 10 anos progressos mensuráveis, dentre outros, no combate à fome, ratificação de instrumentos internacionais, fortalecimento do arcabouço legal e político, estabelecimento de instituições nacionais, cooperação com o sistema ONU e o fortalecimento de ações no campo da Educação para os Direitos Humanos.

O Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) é igualmente um instrumento de avaliação que tem permitido a todos os países, em igualdade de condições, trocarem experiências, avaliarem-se mutuamente, com o valioso aporte do sistema ONU de direitos humanos e da sociedade civil, para que se avance ainda mais na promoção e garantia dos direitos humanos. Já se avaliaram 64 países, de forma não seletiva, construtiva e equilibrada. O Brasil esteve entre os primeiros países revisados e dedicou especial atenção ao processo de consultas amplo e transparente junto à sociedade civil.

Creemos igualmente que o Conselho de Direitos Humanos deve dedicar-se com afinco à esfera da cooperação. Devemos ser capazes de responder de forma concreta, por exemplo, aos países que já demandaram assistência para implementar recomendações emanados do RPU.

Senhor Presidente,

Consideramos que, embora os esforços da comunidade internacional devam se concentrar na garantia dos direitos previstos na ampla gama de instrumentos internacionais já existentes, possíveis lacunas nesse arcabouço têm de ser preenchidas. Tive a honra de tomar parte, na sede da ONU em Nova York, em 3 de outubro passado, de um amplo debate sobre a oportunidade de elaboração de uma nova convenção internacional, voltada à proteção dos direitos da pessoa idosa, dando seqüência ao grande êxito e forte adesão alcançados pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Como sabemos, existem hoje nove principais tratados de direitos humanos das Nações Unidas. Os direitos da pessoa idosa seguem, no entanto, sem contar com

a adequada proteção internacional. As conseqüências profundas, generalizadas e duradouras do envelhecimento da população abrem amplas oportunidades a todas as sociedades, mas também trazem enormes desafios. Acreditamos que o monitoramento do cumprimento de obrigações jamais será excessivo quando se trata da garantia de direitos.

Em 2009 comemora-se o 20º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, instrumento fundamental para a proteção dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes em todo o mundo, base das novas gerações que poderão fortalecer uma cultura de paz. Nós no CDH devemos priorizar as Diretrizes para Cuidados Alternativos de Crianças, com atenção àqueles sem cuidados parentais. Só no Brasil, estima-se que haja cerca de 80 mil crianças e adolescentes em abrigos.

Realizamos, no Rio de Janeiro, entre 25 e 28 de novembro passado, o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Mais de 3500 participantes, entre representantes de governos, do sistema ONU e da sociedade civil, reiteraram o compromisso do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, flagelo que atinge a todos.

Senhor Presidente,

No Conselho de Direitos Humanos, o Brasil propôs a renovação do mandato de Relator Especial sobre o direito à saúde. Consideramos uma prioridade promover e garantir a saúde de todos como um direito fundamental.

Não podemos aceitar que 1 bilhão e 700 milhões de pessoas no mundo permaneçam ainda hoje sem acesso regular a medicamentos essenciais. O Brasil apoiou a criação do Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária e da UNITAID, central internacional de compra de medicamentos.

Defendemos que os países - em particular os países em desenvolvimento - façam uso das flexibilidades previstas no Acordo de TRIPS para garantir a sustentabilidade dos programas de saúde pública.

Senhor Presidente,

É preciso evitar que a crise econômica e financeira venha a se traduzir em crise política aguda. Com o aumento no desemprego emergem não apenas carências materiais para os trabalhadores afetados, como também desafios sociais relacionados à observância dos direitos civis e políticos. Em contextos de crise verifica-se historicamente o crescimento da intolerância e da discriminação.

Ao Brasil, país que deu acolhida a milhões de imigrantes, hoje integrados com seus descendentes harmoniosamente à sua sociedade, preocupa particularmente a situação dos migrantes. Esperamos que a crise não venha a se somar como fator contrário à redução de entraves à livre circulação de pessoas, com vistas à construção de um mundo marcado pelo mais amplo e pleno convívio entre os povos.

A democracia é incompatível com o racismo, assim como os direitos humanos são incompatíveis com qualquer sentimento de xenofobia. O bom encaminhamento da Conferência de Revisão de Durban é essencial neste momento. Para tanto, é indispensável o engajamento ou reengajamento construtivo e incondicional de todas as partes.

Como disse o Presidente Lula em discurso no dia Internacional da ONU em Memória às Vitimas do Holocausto “o combate ao ódio e à discriminação já não é

um grito isolado, mas integra o ideário das sociedades dos mais diferentes países”, e deve integrar também ideário do Conselho de Direitos Humanos.

Senhor Presidente,

Para os países em desenvolvimento e, em particular, para os de menor desenvolvimento entre eles, é potencialmente catastrófica a interrupção dos já insatisfatórios fluxos de financiamento para o desenvolvimento econômico e social. Segundo o Banco Mundial, cerca de um terço dos países em desenvolvimento estarão “altamente expostos” aos efeitos de empobrecimento derivados da crise.

O mundo hoje se defronta com uma crise de proporções globais. A crise econômica e financeira não é apenas um problema dos desenvolvidos. Atinge a todos. E todos nós devemos trabalhar para diminuir o impacto do fenômeno sobre a plena garantia dos direitos humanos.

Foi com esse objetivo que o Brasil, juntamente com países de demais grupos regionais, convocou a 10ª Sessão Especial do Conselho de Direitos Humanos, ocorrida em 20 e 23 de fevereiro passado.

Estamos certos de que fomos bem sucedidos. A Sessão Especial permitiu ao Conselho passar uma mensagem clara à comunidade internacional de que a atual crise econômica e financeira não pode prescindir da perspectiva dos direitos humanos. Mesmo em tempos de crise, o respeito, a promoção e a garantia de

todos os direitos humanos devem ser a prioridade de cada um de nossos governos.

A exclusão, em sua dimensão social e política, ou o simples medo dessa exclusão, traz um risco potencial de violação dos direitos humanos, que é nossa tarefa evitar.

Muito obrigado